

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO E O SEU PERCURSO HISTÓRICO NO BRASIL - UM ENFOQUE SOBRE A TRAJETÓRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMI-ÁRIDO

REFLECTIONS ON THE CONCEPT OF DEVELOPMENT AND ITS HISTORICAL COURSE IN BRAZIL - FOCALIZING THE TRAJECTORY OF FAMILY AGRICULTURE IN THE SEMI-ARID AREA

*Jerônimo Rodriguez Souza**

RESUMO — *A história do desenvolvimento nacional brasileiro percorre um caminho carregado de insustentabilidade. Os modelos de desenvolvimento praticados pelo governo brasileiro até o momento se esbarraram em um conjunto de barreiras que acabaram desmanchando expectativas e dificultando o planejamento e a execução de proposições que viessem concretizar um desenvolvimento sustentável. Buscou-se aplicar, no Brasil, modelos de desenvolvimento que pouco consideram as desigualdades regionais; que não valorizam a produção familiar; e se privilegiou os investimentos que favoreceram ao grande volume capital. Os modelos promoveram, de uma certa forma, o crescimento, mas passaram longe de aspectos sustentáveis de desenvolvimento. O papel da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável do semi-árido deve ser avaliado, uma vez que, pelos modelos nacionais de desenvolvimento, a agricultura familiar deverá ter lugar destacado, graças ao seu papel socioeconômico para a referida região.*

PALAVRAS-CHAVE: *Desenvolvimento sustentável; Agricultura familiar; Semi-árido.*

* Prof. Assistente (DCIS/UEFS). Mestre em Política e Desenvolvimento Rural. E-mail: jubiabah@yahoo.com.br
Universidade Estadual de Feira de Santana - Dep. de CIS. Tel./Fax (75) 224-8049 – BR 116 – Km 03, Campus - Feira de Santana/BA – CEP 44031-460.

ABSTRACT — *The history of Brazilian national development has taken its course along a road loaded with unsustainability. The development models used up to now have come up against a group of barriers that have ended by ruining expectations and hindering the planning and execution of proposals to render a sustainable development. The attempt was made to apply in Brazil development models which little considered regional inequalities, and that didn't value family production. The models promoted growth, in a certain way, but were a long way from sustainable aspects of development. The role of family agriculture for sustainable development of the semi-arid area should be evaluated, since for national development models, family agriculture should have a leading place, thanks to its socioeconomic role in the area referred to.*

KEY WORDS: *Sustainable development; Family agriculture; Semi-arid.*

Desenvolvimento sustentável é um processo de mudança e elevação das oportunidades sociais que compatibilize o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e a igualdade social

(Cartilha 1 CONTAG, Programa de Formação de dirigentes e técnicos em DL baseado na AF. set/97).

A história do desenvolvimento de um país está casada com a sua própria história, indo, portanto, do seu surgimento até a preparação de épocas vindouras.

Para o caso do *DESENVOLVIMENTO* no Brasil, podem-se registrar dois momentos eminentemente fortes, nos quais é bastante fácil se visualizar duas iniciativas tidas como modelos: o primeiro vai de 1500 até a primeira metade do século XX, e é fundamentado na exportação de produtos do setor primário, a exemplo de minérios, pau-brasil, cacau, café, açúcar, mamona e outros. O outro vai da segunda metade do século XX até a década de 70 e tem como estratégia central a substituição das importações pelo crescimento industrial.

No primeiro modelo, o Brasil exportava matéria-prima e comprava produtos industrializados. Assim, o capital que entrava com as vendas dos produtos agrícolas era menor do que aquele que saía com as compras feitas "lá fora", de produtos industrializados. Além do mais, o país tinha uma estratégia ou

política pública insustentável para a organização e o fortalecimento do referido setor. De qualquer sorte, orientavam-se preocupações e recursos para os segmentos, notadamente com potencial exportador. Por não modificar a estrutura produtiva, baseada em latifúndios e na monocultura, e muito menos em não investir na infra-estrutura no campo, o referido modelo de desenvolvimento não se sustentou. Muito embora, tem-se no Brasil uma agricultura competitiva, em relação ao apoio, ao que se fez por ela ao longo da história nacional. Vale destacar as diferenças de níveis da competitividade, já que a agricultura familiar passa ao longe das preocupações das políticas públicas brasileiras.

O segundo modelo - o de substituição das importações - provocou um crescimento industrial muito acelerado e, junto com ele, um estímulo ao esvaziamento da zona rural e um “inchaço” dos grandes centros urbanos, que chegou a ser denominado de “urbanização precoce”, feita de forma muito acelerada e sem planejamento. Para esse modelo alavancar o desenvolvimento nacional, o governo brasileiro investiu grande volume de recursos em empresas estatais, criou leis de isenções de impostos para empresas privadas e ainda destinou créditos e outros subsídios para o setor produtivo industrial. Esse modelo acabou influenciando outros setores da economia nacional, em especial a agricultura, já que ‘modernizou’ a agricultura patronal e os grandes complexos agro-industriais.

Nas décadas de 50 e 60, essa modernização foi ainda mais visível, traduzida nos investimentos baseados em aquisição de novas tecnologias – sementes, sistemas de irrigação, máquinas, insumos químicos etc.

Graziano da Silva (1981) afirma que essa modernização, no rural brasileiro, é uma “*Modernização Dolorosa*”. E, de fato, é dolorosa por uma série de razões, dentre elas, destacam-se: exclusão da agricultura familiar desse processo – servindo, apenas, de fornecimento de mão-de-obra barata para o crescimento industrial; a ação excludente da modernização traduziu-se na expulsão da força de trabalho do campo e no empobrecimento da agricultura familiar, com o grande aumento da miséria na área rural; e é ainda dolorosa, pela agressividade

ao meio ambiente, promovida pela fome doentia do lucro capitalista.

Pode-se estender o termo doloroso, usado pelo professor José Graziano, para definir melhor o modelo de desenvolvimento baseado na substituição das importações. Além dos aspectos abordados, anteriormente, o modelo não se sustentou por centralizar seu foco em apenas duas regiões: o sul e sudeste. O Norte, Nordeste e Centro-Oeste não foram contemplados no plano de implantação e implementação de pólos industriais. Daí, a superlotação de outras metrópoles, como, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, dentre outros, e a ampliação dos reflexos da industrialização não “contaminou” a outra parte do país.

Esse modelo, pelas questões colocadas e por outras, não se sustentou, e, no final da década de 70, entra em declínio. Vale ressaltar que essa crise foi provocada por uma reorganização do sistema capitalista, em nível mundial e, ainda, pela falência dos governos nacionais. É importante destacar que, a partir desse período (1970), foi acelerado o aumento, no Brasil, das dívidas externa e interna; o estouro dos números inflacionários e a explosão da recessão na década de 80 – intitulada de “década perdida”. Essa situação cada vez desmanchava a possibilidade de um desenvolvimento nacional sustentável, que se lastrasse sobre a possibilidade da geração de empregos, da integração entre o rural e o urbano, do envolvimento de jovens no mundo do trabalho, dentre outras.

Portanto, o caráter do percurso histórico do desenvolvimento brasileiro é muito mais excludente e injusto do que sustentável. É muito mais de crescimento de número, sem distribuição de renda, do que de desenvolvimento. Retomamos, aqui, ao ‘célebre’ chamado do “crescer para depois dividir”. O dividir, se de fato acontecesse, de forma justa, seria o tão sonhado e desejado desenvolvimento.

Baseado em Stédile (1996), ressaltamos, ainda, que o Brasil passa, por um momento histórico muito importante. É um momento (1970-2000) de encruzilhada, no qual, de um lado, a elite nacional impõe mais um outro modelo de desenvolvimento (mais uma vez excludente, e conseqüentemente, insustentá-

vel), baseado na *Dependência do Capital Internacional*, mas a novidade é que as organizações sociais reagem e apresentam propostas de desenvolvimento, com a ressalva para que esse seja equilibrado e preocupado com a participação das minorias e com o meio ambiente.

Não iremos detalhar o *modelo de dependência ao capital internacional*, mas os movimentos populares e o poder público local devem discutir o que ele significa e o que implica no dia-a-dia para o conjunto da sociedade brasileira. Destacamos, no entanto, alguns pilares básicos da economia liberal em que está casada com o referido modelo de desenvolvimento: abertura total do mercado nacional para o capital e as empresas estrangeiras; as altas taxas de juros; privatização das empresas nacionais (o Brasil já não dispõe de quase nada: Banco do Brasil, CEF, um pedaço da PETROBRÁS,...?); congelamento de salários e dos preços dos produtos voltados para o mercado interno; sucateamento dos serviços públicos; distanciamento do conteúdo das políticas públicas, que viabilizem o setor produtivo nacional, inclusive o das pequenas e médias empresas, dos diversos setores da economia.

E o que isso implica para a sociedade brasileira e, em especial, para a agricultura familiar?

Elencamos algumas possíveis conseqüências do referido modelo para a agricultura familiar ¹:

- falência e desaparecimento de pequenas propriedades e da agricultura familiar – interesse do capital em manter os pequenos empreendimentos sob a sua custódia;
 - aumento da taxa de desemprego rural;
 - expulsão da população rural, empurrando-a para as favelas e amontoados urbanos;
 - ausência de uma política de reforma agrária, justa e sustentável;
 - aumento das dificuldades de vida no campo – deficiência na educação, estradas, saúde, lazer, segurança...
 - desvalorização dos produtos da agricultura familiar;
 - deficiência no sistema de crédito, assistência técnica e apoio ao beneficiamento e comercialização etc.

Podem-se enxergar e entender melhor esses aspectos, se for observada a realidade da região semi-árida, dos municípios que a compõem, e das escolas e casas desse entorno. Poderá ser visto o quanto falta e o quanto precisa ser feito para se ter a sensação do bem-estar social: saúde, educação, emprego, produção ecologicamente equilibrada, lazer etc.

Qual a cara do desenvolvimento que a sociedade brasileira deseja? É necessário que um modelo de desenvolvimento que responda aos anseios da população deva contemplar quatro princípios básicos, quais sejam:

- Que respeite o meio ambiente, a cultura local e não exclua os diferentes;
- Que valorize a participação e o envolvimento de todos e todas ou de seus/suas representantes, em todos os momentos do processo a se desenvolver;
- Que a solidariedade permeie todas as propostas e ações desenvolvidas;
- Que integre as diversas forças existentes no local de interesse e fora dele.

Dito isso, são levantados alguns *tópicos para uma primeira reflexão*²:

- Por quais vertentes de planejamento passa a preocupação com o desenvolvimento da agricultura familiar e com a região semi-árida do Brasil ?
- Por onde passa o entendimento da população sobre os modelos de desenvolvimento nacional ?
- Qual a crítica que pode ser dirigida aos elementos considerados e aos desconsiderados nos modelos de desenvolvimento, implantados pelo governo brasileiro durante todo este período de sua trajetória econômica e política ?
- Quais são os recursos disponíveis no âmbito local/regional/nacional que poderão ser utilizados para o desenvolvimento sustentável ?
- Como visualizar este processo a partir do local/município, da produção familiar e dos conselhos de gestão e entidades/instituições representativas?

- Qual o papel das instituições de ensino, pesquisa e extensão na elaboração, contribuição e implantação de programas de desenvolvimento sustentável na região semi-árida ?

A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL – SEU PAPEL E SUA CAMINHADA

Mesmo sob forte discriminação e desleixo das políticas públicas, a agricultura familiar resiste e demarca seu espaço em todas as regiões do Brasil e continua sendo considerada um importante segmento de ordem socioeconômica do meio rural brasileiro.

A agricultura familiar, no Brasil, é considerada um segmento estratégico para o desenvolvimento sustentável, pelos seguintes aspectos³: contribuição significativa para a manutenção e recuperação de postos de ocupação produtiva no meio rural e para outros setores da economia; geração e redistribuição de renda para os envolvidos na cadeia produtiva e, por consequência, para os cofres públicos; preocupação com o meio ambiente, através da produção ecologicamente equilibrada; envolvimento de todos da família, nas diversas etapas da produção, beneficiamento e comercialização; garantia da soberania alimentar do Brasil, dentre outros.

Para se ter uma noção da importância e do baixo custo da manutenção e ampliação da agricultura familiar, no Brasil, pode-se recorrer ao custo de geração/manutenção do emprego: um posto de emprego na zona urbana custa, em média, no Brasil, até seis vezes mais que um posto de emprego criado ou mantido na zona rural. Isso sem se falar no custo social de se manter uma população na área urbana, considerando aí: educação, transporte, saúde, segurança, limpeza pública, saneamento básico, lazer etc.

Qualquer modelo de desenvolvimento, para ser considerado sustentável, deve considerar o pequeno empreendimento familiar como relevante e, neste caso aqui, a agricultura familiar, como elemento estratégico, e a reforma agrária, como forma de instrumento de inclusão, de milhões, no processo produtivo e na condição de uma vida cidadã.

Além dos aspectos supracitados, a agricultura familiar detém, dentro de si, a capacidade de agente propulsor do desenvolvimento de outros setores da economia, tal como: da indústria, do comércio, dos serviços - inclusive nos pequenos e médios municípios e cidades brasileiras.

A estratégia de inclusão da agricultura familiar no modelo de desenvolvimento sustentável não é apenas uma atitude política, mas, constitui uma proposta necessária e uma condição básica de fortalecimento da economia de um grande número de municípios brasileiros.

Na realidade, o urbano não se sustenta por si só. Pela ótica econômica, social e política, pode-se perceber que, de um lado, há uma demanda por alimentos e matéria-prima e de outro, o mundo rural é um consumidor em potencial, dos mais diversos setores da economia. A tradução desse sentimento dá-se em entender que a viabilidade e a sustentabilidade do desenvolvimento do setor urbano estão intimamente ligadas ao desenvolvimento, com distribuição de renda, no setor rural. Esse é um dos aspectos da integração entre os diversos segmentos da sociedade, elemento básico para a sustentabilidade do desenvolvimento. E isso significa desenvolvimento global, sustentável.

Nesse sentido, há um outro papel fundamental da agricultura familiar, no Brasil, que é o do fortalecimento da sociedade civil, na área rural. É que a agricultura familiar é destacada pelo seu potencial aglutinador. A partir das relações mantidas através da agricultura familiar, é possível se criar uma rede das variadas formas associativas e cooperativas - no mundo rural e deste com o mundo urbano - que colaborarão para implantar e consolidar a democratização da sociedade e assim promover a participação e a cidadania, no Brasil.

Em resumo, pode-se afirmar que, no contexto de desenvolvimento sustentável - que coloca o desenvolvimento humano no centro do processo - a agricultura, em especial a *agricultura familiar no semi-árido*, deve desempenhar os seguintes papéis:

- Fortalecer o processo de convivência com o semi-árido e com outros aspectos relativos;

- Manter e revitalizar a cultura popular criada e vivida no seio da agricultura familiar no semi-árido;
- Gerar e desconcentrar renda;
- Gerar ocupações produtivas e contribuir para o fortalecimento do setor primário e demais setores da economia;
- Promover uma política de segurança alimentar – garantindo suficiência, produtividade, diversidade e qualidade de matéria-prima e alimentos;
- Contribuir para a prevenção e erradicação do êxodo no sentido interior - grandes centros urbanos;
- Cooperar para a geração de divisas para o país, contribuindo assim para o fortalecimento da competitividade da economia nacional;
- Produzir sem agressividade ou degradação do meio ambiente;
- Proporcionar a inserção de excluídos e excluídas no setor produtivo e em todos os setores da sociedade;
- Contribuir para o processo de organização de parcerias, em torno do desenvolvimento sustentável, fortalecendo assim a agricultura familiar e o semi-árido, cujo papel aglutinador de forças se destaca em tempos de globalização;
- Promover e apoiar a retomada do processo de desenvolvimento regional e nacional, com redução das desigualdades espaciais e sociais.

É claro que isto não é coisa do outro mundo, ou seja, se agricultura familiar encontrasse as condições mínimas para funcionar dentro do padrão definido por sua própria natureza, esses papéis supracitados seriam executados pelo percurso natural de sua existência. O desafio posto fica em torno da reivindicação, casada com um conjunto de proposições, no sentido de viabilizar as condições mínimas para que a agricultura familiar assuma seu verdadeiro papel. Um passo indispensável para tal intento é a articulação e organização das entidades representativas d@s agricultor@s familiares.

Nos países ditos como desenvolvidos, onde a reforma agrária aconteceu como um dos instrumentos de desenvolvimento e, por conta disso, a agricultura familiar se consolidou,

todos esses papéis supracitados tornaram-se comuns do cotidiano tanto d@s agricultor@s familiares quanto nos projetos e ação das políticas públicas. Embora a concepção filosófica da agricultura familiar tenha um alinhamento em nível mundial, aqui cabe um chamado para as peculiaridades culturais, econômicas, políticas, (...) que a agricultura familiar apresenta em cada país, em cada canto do mundo.

Por conta do "esquecimento" e do desleixo das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, esta, no semi-árido, faz-se ausente em muitos espaços em que não deveria, a exemplo de alguns nichos de mercado; sendo ponto de pauta de currículo de escolas (nos diversos níveis de escolaridade); orçamentos; fóruns etc., sendo assim, são lançados alguns *tópicos dirigidos a uma segunda reflexão*:

- Como tem se organizado a agricultura familiar na região semi-árida e nos municípios que a compõem? E a sua relação com outras entidades (rurais e urbanas)?
- Quais papéis desempenhados pela agricultura familiar da região semi-árida e municípios podem ser destacados?
- Quais as potencialidades de se fortalecer a agricultura familiar na região e nos seus municípios?
- Qual a perspectiva de desenvolvimento do semi-árido a partir da agricultura familiar?
- O que as instituições de ensino, pesquisa e extensão podem fazer e têm feito para fortalecer o papel da agricultura familiar no processo de desenvolvimento regional sustentável?

ELEMENTOS IMPRESCINDÍVEIS PARA COMPOR UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

A conjuntura global tem colocado o tema do desenvolvimento sustentável na pauta do dia, no entanto, sem qualquer tipo de debate e reflexões mais profundas. Assim, as consequências dessa atitude são o desgaste da referida temática e a perda de referências bem-sucedidas nesse campo de ação.

Não obstante, o que de fato se entende por desenvolvimento sustentável e quais elementos e condições devem ser considerados essenciais para que um desenvolvimento não seja insustentável ou injusto ?

Primeiro é importante entendermos que desenvolvimento é diferente de crescimento. O exemplo tradicional é o de uma nação. A sua economia pode estar crescendo com índices elevadíssimos, mas, se não houver distribuição de renda, para que as pessoas tenham acesso à educação, saúde, lazer, habitação etc., não existe e nem existirá desenvolvimento. Entretanto, é necessário que não se fale de desenvolvimento econômico em oposição ao desenvolvimento social. Na realidade, ambos fazem parte do mesmo processo.

Então, deveremos considerar que desenvolvimento envolve, sempre, aspectos relacionados com educação, saúde, economia e renda, meio ambiente, modo de produção, participação igualitária, ...qual seja: qualidade de vida e solidariedade.

Desenvolvimento é algo complexo, exigente do atendimento aos aspectos econômicos, sociológicos, psicológicos e políticos da vida em sociedade. Desenvolvimento é, acima de tudo, um ato político, no sentido mais nobre.

O desenvolvimento é complexo porque exige construções e consolidações de cadeias. Cadeias de relações sociais, produtivas, culturais, ...

Na verdade, o governo brasileiro e a sociedade civil organizada possuem propostas para um projeto de desenvolvimento para o país, porém com aspectos e interesses diferentes e divergentes (TEIXEIRA, 2001). Porém, é preciso pois, que *ambos os segmentos construam uma proposta*, com seus pares para que, representando a população brasileira, possam *definir um projeto com planos e políticas orientadas para um mesmo objetivo*. Essa é uma primeira condição para que um projeto de desenvolvimento seja sustentável.

Esse modelo deve também *combinar ações que descentralizem o poder dos governos federais, estaduais e municipais e passem a valorizar e incentivar iniciativas locais*, no nível de regiões e municípios. Isso, *sem perder de vista a relação entre o local, o nacional e o global* (TEIXEIRA, 2001). É preciso abrir

um parêntese para se destacar alguns conceitos necessários e, assim, é importante entender que existe uma lacuna enorme entre *Descentralização* e *Municipalização* e, muito mais, de *Prefeiturização*. A municipalização está, no Brasil, descendo a todo vapor, mas sem nenhuma estruturação dos poderes executivo e legislativo, e principalmente da população. Assim sendo, municipaliza, mas se descentraliza.

Um outro fator necessário à sustentabilidade do projeto de desenvolvimento é a *ampliação das oportunidades*, que gere ocupação e renda, no meio rural, na região semi-árida. Como a agricultura familiar é um eixo central desse modelo, é preciso então fortalecê-la pelas políticas agrícolas, sociocultural e econômica. É importante, ainda, que a ampliação da agricultura familiar seja garantida pela reforma agrária.

Necessária se faz a *ampliação do patrimônio cultural e educacional* da população rural, por meio de uma política pública de educação bem-estruturada, garantindo a qualidade do ensino e boas condições para quem trabalha com educação.

Um projeto de desenvolvimento sustentável deve ter a agricultura familiar como segmento estratégico, mas isso não significa única prioridade. O projeto deve *incentivar a articulação do conjunto da sociedade*. Assim, o processo de construção deve ser constante, e para isso, o debate entre as organizações rurais e urbanas deverá estar voltado para a construção de um projeto global, para toda a sociedade, considerando, evidentemente, o perfil característico das regiões, especialmente, no semi-árido.

As *parcerias*, na elaboração, implantação e implementação do projeto de desenvolvimento sustentável são um instrumento estratégico. Todos os segmentos da sociedade devem estar presentes, dando a sua parcela de contribuição. Isso significa soma de forças e energias sem, no entanto, estar pondo em jogo as individualidades e valores de cada segmento ou parceiro. Assim, o projeto de desenvolvimento para ser sustentável deve *respeitar as individualidades e o conjunto das decisões*.

Como os processos e as pessoas envolvidas são dinâmicas, e evoluem, os projetos de desenvolvimento devem ser

passíveis de readequações das propostas e estratégias, levantadas a partir das avaliações e reavaliações, e para isso, passíveis de reelaboração. Mas isso não significa que o plano seja frágil ou descolado da realidade e que a cada nova situação, o projeto seja invalidado. Por conta disso, o projeto de desenvolvimento deve conter políticas de longo prazo, combinadas com ações estratégicas de médio e curto prazo, que resolvam os problemas mais imediatos.

Dessa forma, com base na proposta da CONTAG (99), são destacados alguns eixos centrais orientadores de um modelo de desenvolvimento, tendo como ênfase o semi-árido:

Primeiro Eixo

A qualidade de vida e o bem-estar social é o que deve primar num projeto de desenvolvimento. A qualidade de vida aqui tem um significado amplo, que varia desde as condições de moradia, acesso aos meios de produção e mercado, educação, saúde, segurança, lazer, dentre outros.

Segundo Eixo

A Organização da Produção deve estar combinada com o fortalecimento das organizações de base e com a formulação de propostas de política agrícola, de mercado e de tecnologia. Para efetivação da organização da produção, faz-se necessário um serviço de assistência técnica com qualidade e disponível e, principalmente, um planejamento das políticas públicas que contemplem os interesses de produtores e consumidores.

Terceiro Eixo

É preciso que o projeto seja um instrumento de Inclusão Social. Fortaleça a inserção de excluídos no processo produtivo e social. As políticas públicas devem ser diferenciadas por setores, para que os mais pobres, do campo e da cidade, possam ser contemplados e inseridos no dia-a-dia do país, com igualdade. É necessário destacar, aqui, o respeito às minorias,

bem como aos direitos humanos, considerando e incluindo no processo decisório e de execução e monitoramento, os desempregados, deficientes etc.

Quarto Eixo

O projeto de desenvolvimento deve buscar a construção de relações sociais justas de Gênero, Idade (geração) e Etnia (raça), baseado nos princípios da cidadania. Deve se garantir que todos os homens e todas as mulheres, que as crianças, jovens, adultos, idosos, negros e brancos tenham lugar ao sol, e participem com a mesma intensidade e condições de direitos e deveres.

Quinto Eixo

O projeto de desenvolvimento sustentável orienta-se por um modelo tecnológico equilibrado, que estabiliza a relação entre o aumento da produtividade, a geração e distribuição de renda e a preservação dos recursos naturais (<http://www.mma.gov.br...> – em 14/07/2001). O referido projeto deve garantir a democratização do acesso à tecnologia, a recursos financeiros, assessoria técnica, mercado etc.

Sexto Eixo

Além do respeito à realidade local e às particularidades de cada parceir@, o projeto deve fortalecer a articulação entre @s mesm@s, nos mais diversos níveis – inclusive considerando todos os atores e atrizes do mundo rural e urbano (FURTADO, 2000).

Outros elementos poderão estar sendo orientados e também serem orientadores do rumo do Desenvolvimento Sustentável. No Brasil, e em especial no semi-árido, a dívida social é muito grande, logo, será preciso que as políticas públicas se preocupem, ao mesmo tempo, com os resultados de médio - longo prazo, atuando com diretrizes (infra) estruturadoras, e os

resultados de curto prazo, com as políticas compensatórias. É preciso ver a seca como uma realidade e, assim, dirigir ações de convivência com a mesma e até de superação dos seus efeitos.

Depois de levantados e analisados alguns eixos fundamentais para o desenvolvimento local sustentável, são destacados outros *tópicos dirigidos a uma reflexão*:

- Numa possível elaboração de um plano de desenvolvimento regional sustentável, quais dos eixos são mais importantes para a região semi-árida e para os seus municípios componentes e por quê?
- Existem outros eixos orientadores que se encaixem sob este signo? Se sim, como deverão ser indicados num possível processo de desenvolvimento local sustentável?

CONSIDERAÇÕES – MAIS PARCIAIS QUE FINAIS

É verdade que o mundo é caracterizado por um processo contínuo de mudanças, porém, o final do século XX, em especial a década de 90, tem o signo da ocorrência de grandes mudanças, cujas implicações transformam o período em um tempo de transição, inseguranças e perplexidades.

Modelos e estratégias, que antes dirigiam o mundo e pareciam ser infalíveis, são jogados ao lixo e, assim, alguns grupos da sociedade se fecham como se não existissem alternativas, e outros grupos têm empreendido debates, estudos para interpretar as mudanças e projetar suas implicações e formulações de novas proposições - consistentes, sustentáveis e justas.

Ao lado dessa incansável busca de proposições sustentáveis para as questões colocadas pelas mudanças, estão em jogo projetos com diferentes interesses, no aspectos culturais, de poder econômico, político etc.

Há ainda que se considerar as contradições e interesses diferenciados, entre o poder público e a sociedade civil, quando se trata da conceituação (concepção) e prática de desenvolvimento no semi-árido. Como também existem diferenças e

contradições de interesses dentro da própria sociedade civil e do poder público, de forma isolada. Isso é salutar e interessante se as diferenças fortalecerem o surgimento do novo, para daí desaguar em novos resultados e riquezas. No entanto, se essas diferenças se esbarrarem em si mesmas atrapalhando os novos passos e dificultando as relações entre as pessoas, instituições e entidades envolvidas, o processo tem um futuro forte e garantido de não se sustentar.

Essa contradição de interesses pode ser percebida em alguns discursos da elite de nosso país. Em 60, justificavam nossa pobreza dizendo: “O Brasil é um país subdesenvolvido”. Na década de 70, pregavam: “O Brasil é um país de futuro” (“a regra é fazer o bolo crescer para depois repartir”). Depois, nos períodos seguintes, afirmava-se: “Somos um país individualizado”. E no final da década de 90, ainda se ouvia: “Somos um mercado emergente”. A elite abandonou a idéia de nação e, conforme os conceitos neoliberais, em tempo de globalização, a nação foi reduzida a mercado. Assim, só é sujeito e ator quem tiver algo para vender ou dinheiro para comprar.

Dessa forma, é preciso que se questione: O que o semi-árido e o país querem ser? Para onde se caminha? Qual o modelo de desenvolvimento que é preciso para o desenvolvimento nacional? E para a região semi-árido e para os seus municípios? e, dentre desse conjunto, a agricultura familiar?

Antes de qualquer resposta, é importante se fazer outras reflexões:

De quem é a culpa de o país e o semi-árido não terem um projeto consolidado de desenvolvimento sustentável?

Essa, também, é uma avaliação pertinente para se construir melhor a trajetória de atores de um modelo de desenvolvimento, mas aqui a proposição é de dar saltos no sentido de se entender o que se pode fazer. Quantos e quais passos serão precisos dar para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o Brasil e o semi-árido?

Qual o papel das administrações municipais e como operacionalizar esses papéis? Por que não dizer do poder local?

Como está o envolvimento das organizações sociais locais e regionais, especialmente segmentos representativos do empreendimento familiar? E qual o seu papel?

Como está sendo a participação individual e coletiva (parceria) dos poderes executivo, legislativo, judiciário e popular na construção de um município/região onde a qualidade de vida seja o objetivo central e a produção familiar tenha espaço ao sol?

Quais são as potencialidades disponibilizadas e as dificuldades enfrentadas pela região, pelos municípios e pelas suas entidades/instituições?

Quais são as experiências/iniciativas bem-sucedidas de desenvolvimento sustentável que existem na região semi-árida e no município que podem ser 'reproduzidas/ampliadas'?

O certo é que não se faz desenvolvimento por decreto ou por lei, de forma imposta. Desenvolvimento é um conjunto, é uma cadeia de envolvimento. Envolvimento de recursos financeiros, atores, atrizes, planejamento, responsabilidades, solidariedade, objetivos, suor, sonhos, integridade ética e humildade.

NOTAS

- ¹ Utilizaremos aqui o conceito de agricultura familiar utilizado pelo MST (com base no tamanho da propriedade – módulo rural da região em questão).
- ² As reflexões aqui sugeridas têm como referência o jogo de Cartilha da CONTAG 97/98/99-bibliografia.
- ³ Não se trata aqui de tender por caminhos sectários nos quais números tenham uma significância endeusada e passem a traduzir a agricultura familiar como a "salvadora da lavoura" ou, por outro lado", a "condenada por natureza", mas de levantar aspectos que entendemos ser relevantes para o entendimento do papel da agricultura familiar no processo de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

CHAMBERS, Robert. **Desenvolvimento Rural**: fazer dos últimos os primeiros. Luanda, Angola: ADRA, 1995.

CONTAG. **Desenvolvimento Local Sustentável Baseado na Agricultura Familiar – Construindo um Projeto Alternativo**. Módulos I, II e III. Brasília: CONTAG, 1997, 1998, 1999, respectivamente.

FURTADO, Ribamar; FURTADO, Eliane. **A intervenção participativa dos atores locais – INPA**. uma metodologia de capacitação para o DLS. Brasília: DF. IICA, 2000.

MDA – SAF. **PRONAF, Documento Referencial**. Brasília: DF. MAD – SAF, 1996. 35p.

OIKOS. **Cooperação e Desenvolvimento**. Jogo de cartilhas sobre desenvolvimento. Lisboa, Portugal: OIKOS, 1994.

SILVA, J. GRAZIANO DA, **A Modernização Dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.192p.

STÉDILE, J. Pedro. **O modelo de desenvolvimento das elites**. As conseqüências para a agricultura e os desafios para as forças populares. Porto Alegre: UFRGS, 1996, 14p. (texto digitalizado).

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001

<http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/ag21global/consulta.html>.